



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 19ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - TRANSCRIÇÃO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/4/2013

Presidência dos Deputados José Henrique e Duilio de Castro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 3.925 a 3.932/2013 - Requerimentos n°s 4.509 a 4.524/2013 - Requerimentos da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo e das Comissões de Educação, de Fiscalização Financeira, de Direitos Humanos (3), da Pessoa com Deficiência e de Transporte - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos, de Política Agropecuária, de Educação e de Transporte - Questões de ordem - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Liza Prado e dos Deputados Almir Paraca, Cabo Júlio e Rômulo Viegas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira; renovação da votação; aprovação - Requerimentos das Comissões de Fiscalização Financeira, da Pessoa com Deficiência, de Transporte, de Direitos Humanos (3) e de Educação e da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo e Requerimentos n°s 1.113, 1.129, 1.202, 1.343, 1.367 e 1.368/2011; aprovação - Requerimento n° 1.369/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.370, 1.371, 1.372, 1.373, 1.401, 1.402, 1.403, 1.404, 1.407, 1.451, 1.454 e 1.455/2011; aprovação - Requerimento n° 1.465/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.558 e 1.596/2011; aprovação - Requerimento n° 1.600/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.631, 1.634 e 1.682/2011; aprovação - Requerimento n° 1.683/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimento n° 1.684/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.704 e 1.721/2011; aprovação - Requerimento n° 1.814/2011; aprovação com a Emenda n° 1 - Requerimento n° 1.816/2011; aprovação - Requerimento n° 1.817/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.819 e 1.855/2011; aprovação - Requerimento n° 1.858/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.898, 1.911 e 1.917/2011; aprovação - Requerimento n° 1.965/2011; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 - Requerimentos n°s 1.966 e 1.967/2011; aprovação - Questão de ordem - Inexistência de quórum para votação - 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Ulysses Gomes; discurso do Deputado Gilberto Abramo; votação; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 34/2013; apresentação da Emenda n° 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sintrocel - Célio Moreira - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Maria Tereza Lara



- Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Gilberto Abramo, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Pires de Lima, Diretor da Secretaria do Pleno e do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas, encaminhando documentos para fins de controle das ações do programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Álvaro Campos de Carvalho, Superintendente Regional do DNIT (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.215/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.101/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos financeiros que menciona, destinados ao custeio das ações e dos serviços socioassistenciais de caráter continuado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Clésio Andrade, Senador da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.167/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Cor Jesus Moreno, Presidente da Câmara Municipal de Carandaí, encaminhando representação do Vereador Osmar Severino de Souza, aprovada por esse Legislativo, solicitando a intervenção desta Assembleia para o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Hermilo Alves à comunidade da Ressaca, no Município de Carandaí. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Djalma Bastos de Morais, Presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.097/2012, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Elaine Matozinhos, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo os cumprimentos pela sua posse como Vereadora e informando estar engajada na campanha Assine + Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Eliane Maia de Figueiredo, Coordenadora de Direitos Humanos da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.032/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Eros Biondini, Secretário de Esportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.075/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Flávio Umberto Moura Schmidt, Juiz da Comarca de Muzambinho, encaminhando cópia de inquérito policial para conhecimento e providências. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do FNDE, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo, Gerente-Geral da Embrapa Café, comunicando a celebração de convênios com a Epamig e a Emater para a execução de pesquisa agropecuária e extensão rural em prol do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Geovanne Honório, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, encaminhando requerimento aprovado por esse Legislativo manifestando congratulações com esta Assembleia pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012.)

Do Sr. Geovanne Honório, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, encaminhando requerimento aprovado por esse Legislativo solicitando a esta Assembleia a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 1.565/2011. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.565/2011.)

Do Sr. Germano Andrade Ladeira, Diretor de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.074/2012, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Iracy de Matos, Secretária da Câmara Municipal de Governador Valadares, encaminhando, de ordem do Sr. Geovanne Honório, Presidente dessa Casa Legislativa, requerimento do Vereador Cezinha Alvarenga aprovado pelo Plenário em que solicita se recomende ao Presidente desta Casa que, por ocasião da assinatura do ordem de serviço do Hospital Regional de Governador Valadares, viaje, com sua comitiva, em veículo automotor, para avaliar a situação da BR-381. (- À Comissão de Transporte.)



Do Sr. José Ricardo Ramos Roseno, Presidente da Emater-MG, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 4.017/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Do Sr. José Ricardo Ramos Roseno, Presidente da Emater-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.081/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. José Antonio Corrêa Coimbra, Chefe de Gabinete do Ministro de Minas e Energia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.866/2012 e ao requerimento encaminhado por meio do Ofício nº 3.074/2012/SGM, ambos da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. José Eden de Medeiros, Coordenador da Coordenadoria de Controle de Convênios e Empréstimos da Embrapa, informando a liberação para a Epamig dos recursos financeiros que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.215/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Luiz Audebert Delage Filho, Corregedor-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.165/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marco Antônio Martins de Carvalho, Diretor-Tesoureiro da 172ª Subseção da OAB-MG, de Mariana, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 1.450/2012/SGM.

Do Sr. Marcos Antônio Borges, Executivo de Relações Institucionais da Oi, informando a esta Casa as metas de universalização dessa empresa para a telefonia fixa para o ano de 2013. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (5), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.241/2011, da Comissão de Meio Ambiente; 3.378 e 4.180/2012, da Comissão de Segurança Pública; 3.946/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, e 4.090/2012, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste -, solicitando a atuação desta Casa para evitar que leis que concedam direitos ou estabeleçam regras nas áreas de consumo, cultura, urbanismo e outras sejam alteradas ou revogadas em função dos eventos organizados pela Fifa (Copa das Confederações e Copa do Mundo), especialmente as relativas a descontos ou gratuidade em eventos esportivos; e para que seja mantido o termo de compromisso com o Ministério Público que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios esportivos no Estado. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Da Sra. Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Funai, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.166/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Marta Sibéria Salomão Martins, Gerente de Gestão Administrativa de Contratos e Convênios da Infraero, informando a celebração de convênio com o Corpo de Bombeiros Militar. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a extinção dos contratos de repasse que menciona, em face da prescrição de sua vigência. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Maurício Lemes de Carvalho, Prefeito Municipal de Ouro Fino, manifestando-se, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, com relação ao Projeto de Lei nº 3.681/2012 e solicitando sua aprovação. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.681/2012.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2), solicitando sejam feitas alterações no Projeto de Lei nº 3.843/2013 e prestando informações sobre o impacto financeiro dessa proposição. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 3.843/2013.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.888/2012, da Comissão Especial das Enchentes.

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.750/2012, da Comissão de Transporte. (- Anexe-se ao Requerimento nº 3.750/2012.)

Do Sr. Roberto Marinho Alves da Silva, Secretário Adjunto de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, informando a celebração de convênio com a Secretaria do Trabalho. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.005, 4.030 e 4.114/2012, da Comissão de Participação Popular; convidando para a primeira reunião do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e solicitando a indicação de representante desta Casa nesse órgão.

Do Sr. Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF, informando a extinção de contrato de repasse entre o Ministério dos Esportes e a Secretaria de Esportes, em face da prescrição de sua vigência. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rufino Correia Santos Filho, Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, informando a celebração de convênio com o governo do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, comunicando que os servidores da Justiça de Primeira Instância decidiram entrar em greve a partir de 22/3/2013, dando ciência da pauta de reivindicações da categoria e solicitando a colaboração desta Casa na solução da questão. (- À Comissão de Administração Pública.)



Do Sr. Sebastião Custódio Couto Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Frutal, encaminhando cópia de representação do Vereador Bruno Augusto de Jesus Ferreira, aprovada por essa Casa, na qual é solicitado o empenho desta Assembleia para a construção de viaduto no entroncamento da MG-255 com a BR-153. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Thiago Henrique Fiorott, Coordenador Regional da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo (substituto), convidando para a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Regional da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo, destinada à instalação desse órgão.

CARTÃO

Do Sr. José Epiphânio Camillo dos Santos, Diretor-Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais, agradecendo voto de congratulações com a entidade, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.925/2013

Declara de utilidade pública a Associação Ebenézer, com sede no Município de Nova Serrana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Ebenézer, com sede no Município de Nova Serrana.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Hely Tarquínio

Justificação: Fundada em 1º/3/2005, a Associação Ebenézer se mantém em pleno e regular funcionamento, cumprindo as suas finalidades estatutárias.

Entre os seus objetivos, definidos no art. 2º do seu estatuto, alinham-se:

- promover a defesa de bens e direitos sociais relativos à criança, ao adolescente e ao idoso;
- promover projetos e ações que visem atender as demandas sociais nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento econômico e meio ambiente;
- proteger a saúde da família, da maternidade e da infância, através de atendimento em creche.

A Associação Ebenézer não tem fins lucrativos e seus Diretores são pessoas idôneas, que não recebem qualquer remuneração pelo exercício de suas funções (art.18, parágrafo único do estatuto, e declaração anexa).

Em caso de dissolução, o estatuto (art. 44) prevê que os “bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, juridicamente constituída, que esteja registrada em entidade pública ou no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social – ficando a escolha a critério da Assembleia-Geral”.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.926/2013

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Acima o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Acima o imóvel com área de 21.600m² (vinte e um mil e seiscentos metros quadrados) situado no local denominado Rua Afonso Pena, nesse Município, na extensão de 250m (duzentos e cinquenta metros), pelo flanco direito ou lado de cima, com uma rua sem nome, constituindo a divisa uma linha quebrada de três elementos, ou seja, 63m (sessenta e três metros), mais 61m (sessenta e um metros) e mais 42m (quarenta e dois metros), atingindo o Rio das Velhas, pelo flanco esquerdo ou lado de baixo, com a Rua Tiradentes, numa extensão de 91m (noventa e um metros), fundos com o Rio das Velhas numa extensão aproximada de 288m (duzentos e oitenta e oito metros), no qual se acham construídos um grupo escolar, de acabamento modesto, em estado regular de conservação, e um cinema, de construção modesta, acabamento regular, com o pavimento térreo em bom estado de conservação e o porão em estado regular, tendo o grupo escolar a área de 820m² (oitocentos e vinte metros quadrados) e o cinema a área de 1.580m² (mil quinhentos e oitenta metros quadrados), e registrado sob o nº 9.055 no Livro nº 3-I, fls. 121, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Lima.

Paragrafo único - O imóvel a que se refere o “caput” deste artigo destina-se ao funcionamento do complexo denominado Centro Social Urbano de Rio Acima.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no paragrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

João Vítor Xavier



Justificação: Este projeto objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Acima o imóvel de propriedade do Estado nesse Município, com área de 21.600m², situado no local denominado Rua Afonso Pena, na extensão de 250m.

O referido imóvel está sob a administração do Município de Rio Acima há mais de 4 anos e destina-se ao funcionamento do Centro Social Urbano de Rio Acima, que desenvolve relevante trabalho social, destacando-se uma pré-escola com aproximadamente 350 alunos, além de abrigar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação, Ação Social, Esporte, Turismo e Lazer.

Com efeito, a doação do imóvel constitui medida de interesse público em face dos trabalhos ali desenvolvidos.

Ressalta-se, ainda, que os investimentos necessários no imóvel, de modo a melhor atender a população de Rio Acima, somente poderão ser realizados se for efetivada a doação.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.927/2013

Declara de utilidade pública a Associação Volmar de Paula Freitas, com sede no Município de Conselheiro Pena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Volmar de Paula Freitas, com sede no Município de Conselheiro Pena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Leonardo Moreira

Justificação: A Associação Volmar de Paula Freitas, com sede no Município de Conselheiro Pena, fundada em 11/4/2013, com personalidade jurídica própria, é uma entidade civil sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

A Associação está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e vem cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais.

A referida Associação tem por finalidade a proteção, a defesa, a preservação, a recuperação, a divulgação e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, cultural, social, econômico e dos recursos naturais não renováveis no Município de Conselheiro Pena.

A concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é, portanto, de extrema importância para a ampliação do trabalho dessa entidade e prosseguimento de seus projetos, promovendo assim o estabelecimento de políticas públicas e garantindo o bem-estar de todos os cidadãos do Município de Conselheiro Pena.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.928/2013

Dispõe sobre condições sanitárias nos pontos de controle dos trabalhadores em transporte público de passageiros intermunicipal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica obrigada a instalação de banheiros, bem como vestiários, para fins de atendimento aos trabalhadores em transporte público de passageiros intermunicipal em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - É dever das concessionárias e das permissionárias, prestadoras de serviço de transporte de passageiros disponibilizar e construir condições sanitárias nos pontos de apoio aos trabalhadores em transporte de passageiros intermunicipal.

Art. 2º - As condições sanitárias nos locais de trabalho nos pontos de apoio, previstas no art. 1º, consistem em:

I - local para abrigo, capaz de proteger os trabalhadores contra intempéries;

II - condições mínimas de instalações sanitárias e de higienização, como equipamentos ou peças destinadas ao uso de água para fins higiênicos, e também o fornecimento de água potável aos trabalhadores.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Celinho do Sintrocel

Justificação: São públicas e notórias as condições precárias e insalubres a que estão submetidos os trabalhadores no transporte público de passagem intermunicipal. Não bastasse a responsabilidade de transportar vidas, os imensos e cada vez maiores congestionamentos, a precariedade das pistas de rolamento, nossos profissionais sofrem com a ausência de condições sanitárias adequadas.

Os pontos de controle carecem de equipamentos que garantam mínimas condições sanitárias e de conforto. Em vista disso, há um evidente comprometimento à saúde física e mental dos profissionais. É impensável que, em pleno século XXI, tais profissionais sejam submetidos a tal situação.

Uma viagem intermunicipal, entre pontos de controle, chega a mais de quatro horas. Há de se pensar que, após esse tempo, o mínimo que os profissionais devem encontrar nos pontos de controle, são sanitários, água potável e um local coberto - necessários ao bom desempenho das atividades que lhe são exigidas.

Entendo que o melhor caminho para a sociedade é a valorização permanente dos trabalhadores, proporcionando-lhe condições adequadas de trabalho. Por isso, peço a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.929/2013

Dispõe sobre a criação da Escola de Apoio e Formação dos Trabalhadores em Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada a Escola de Apoio e Formação dos Trabalhadores em Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A Escola de Apoio e Formação dos Trabalhadores do Transporte Público do Estado de Minas Gerais compreenderá um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público, em conjunto com as empresas concessionárias ou permissionárias do transporte público e a participação dos trabalhadores, mediante gestão participativa, democrática e descentralizada.

§ 2º - Considera-se representação dos trabalhadores a entidade sindical representativa da categoria no âmbito do Estado.

Art. 2º - A Escola de Apoio e Formação de Trabalhadores do Transporte Público Intermunicipal do Estado de Minas Gerais tem como objetivos:

I - a promoção da formação e da capacitação dos trabalhadores;

II - a elevação da qualidade do serviço público;

III - a geração e a manutenção de postos de trabalho;

IV - o incentivo ao ingresso de mulheres trabalhadoras no sistema de transporte público.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Celinho do Sintrocel

Justificação: Este projeto objetiva melhorar a qualidade do transporte público mediante a oferta de cursos gratuitos de capacitação dos motoristas e demais trabalhadores do transporte público.

O aumento da frota de veículos em circulação, em especial nos centros urbanos, exige, a cada dia, mais profissionais capacitados para exercer com eficiência e eficácia a função de motorista, na medida em que aumentam os riscos de acidentes.

Um bom motorista se destaca pela competência na prática da direção defensiva e na adoção de outros procedimentos para uma condução segura. Profissionais éticos, disciplinados, que respeitam o próximo, além de possuírem habilidades para conservar o veículo e conduzi-lo em respeito às leis de trânsito vigentes, são o perfil dos trabalhadores do transporte público desejados pelas empresas e pela sociedade. Dessa forma, entendo que o melhor caminho para a sociedade é a valorização permanente dos trabalhadores em defesa dos usuários do transporte público e da população.

Por isso, peço a aprovação deste projeto por esta casa, a fim de promover uma melhoria na prestação de serviço dos trabalhadores do transporte público, mediante a oferta de cursos de formação e capacitação desses profissionais, sejam eles motoristas, sejam trocadores, sejam agentes de bordo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.930/2013

Estabelece medidas preventivas de segurança nos terminais rodoviários do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As companhias de transporte terrestre de passageiros e as administradoras de terminais rodoviários deverão exigir documento de identificação do passageiro no momento da aquisição de passagens e no momento do embarque para viagens intermunicipais no Estado.

Art. 2º - Nas áreas de embarque dos terminais rodoviários do Estado serão instalados equipamentos detectores de metais para acesso aos veículos e aparelhos de raios X para monitoramento de bagagens de mão.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Rosângela Reis

Justificação: O número de ocorrências de furto, roubo e latrocínio tem apresentado expressivo crescimento nas rodovias que cortam Minas Gerais. No segundo final de semana de março deste ano, ocorreu o assassinato do engenheiro químico João Gabriel Camargos durante uma viagem de ônibus de Poços de Caldas com destino a Belo Horizonte. O crime chocou toda a sociedade pela frieza do assassino e leva à reflexão sobre a urgência de adotar medidas preventivas de segurança no transporte terrestre intermunicipal de passageiros. Segundo relatos de passageiros que testemunharam o crime, o criminoso teria embarcado em Poços de Caldas como um passageiro comum e, durante a viagem, anunciado o assalto e disparado duas vezes contra João Gabriel, que não teria reagido ao assalto.

De acordo com dados da Polícia Rodoviária Federal – PRF –, no primeiro semestre de 2012 foram registradas mais de 600 ocorrências relativas a roubos e furtos de veículos e cargas, furto de peças e assaltos a estabelecimentos comerciais e a passageiros nas estradas que passam pelo Estado. A média no período foi de mais de três casos por dia, nos 6,3 mil quilômetros de estradas federais sob jurisdição da PRF.

Cabe ressaltar a necessidade e urgência de ações efetivas do poder público para prevenir a violência e a criminalidade e, especialmente, proteger e valorizar a vida do cidadão e contribuinte.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovar esta proposição.



- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 194/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI 3.931/2013

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Santa Casa de Bom Despacho, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Santa Casa de Bom Despacho, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Inácio Franco

Justificação: A Associação Amigos da Santa Casa de Bom Despacho é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como principais objetivos promover a integração com entidades afins, buscando permanente cooperação técnica para alcance de objetivos comuns; articular pessoas físicas e jurídicas interessadas em apoiar as suas ações e auxiliar nas iniciativas comunitárias que fortaleçam as atividades da Santa Casa e beneficiem toda a comunidade.

A Associação preenche todos os requisitos legais para a declaração de utilidade pública, razão pela qual contamos com a colaboração dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.932/2013

Declara de utilidade pública a Associação dos Universitários de Iturama - Assunivi -, com sede no Município de Iturama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Universitários de Iturama - Assunivi -, com sede no Município de Iturama.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Antonio Lerin

Justificação: A Associação dos Universitários de Iturama - Assunivi - é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, recreativo e educacional, com atuação no Município de Iturama.

A referida associação desenvolve projetos que proporcionam transporte coletivo aos associados em suas atividades de estudantes universitários e defende o interesse desses estudantes junto às instituições públicas e privadas. Além disso, firma convênios e parcerias para promover cursos, seminários, fóruns ou qualquer evento voltado para o atendimento dos interesses dos associados.

Por apresentar os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, esperamos a anuência dos nobres Deputados ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.509/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Crucilândia.

Nº 4.510/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Rio Manso.

Nº 4.511/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Frutal.

Nº 4.512/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Uberlândia.

Nº 4.513/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Pirajuba.

Nº 4.514/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Contagem.

Nº 4.515/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação de unidades da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais em Campo Florido. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 4.516/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para que o Município de Crucilândia seja atendido com a implantação de academia ao ar livre no Bairro de Bela Vista e com a liberação de recursos para aquisição de materiais esportivos.

Nº 4.517/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para a construção de uma academia ao ar livre no Distrito de Cruzeiro Peixoto, no Município de Uberlândia. (- Distribuídos à Comissão de Esporte.)



Nº 4.518/2013, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a disponibilização de uma prótese de perna direita para o Sr. Thiago Januário Sobrinho Caetano, vítima de acidente de trabalho. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.519/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a instalação de vara do juizado especial na Comarca de João Pinheiro e a designação de um magistrado e de servidores suficientes para a prestação jurisdicional. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.520/2013, do Deputado Doutor Wilson Batista, em que solicita seja encaminhado à Presidência e à Vice-Presidência do Ipsemg pedido de providências para que seja dada especial atenção ao processo de mudança das instalações do Centro Regional de Muriaé e do Posto de Atendimento a fim de que ambas as unidades continuem funcionando no Município. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.521/2013, do Deputado Tenente Lúcio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso com a Revista Dystak's pela divulgação ininterrupta, há 28 anos, de fatos e notícias envolvendo o Município de Uberlândia. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.522/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jackson Brandão Lopes pelo belo trabalho desenvolvido como médico e pelos serviços prestados à população do Vale do Aço. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 4.523/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de providências para apurar possíveis condutas de improbidade administrativa praticadas pelo Sr. Marcos José Geraldo Lemos, Prefeito Municipal de Carbonita.

Nº 4.524/2013, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Deputado Federal Weliton Prado por sua escolha para a relatoria do Orçamento Federal referente a 2014. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

- São também encaminhados à Presidência requerimentos da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo e das Comissões de Educação, de Fiscalização Financeira, de Direitos Humanos (3), da Pessoa com Deficiência e de Transporte.

Comunicações

- São também encaminhadas à Presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos, de Política Agropecuária, de Educação e de Transporte.

Questões de Ordem

O Deputado Tadeu Martins Leite - Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para dar conhecimento ao Plenário de um requerimento que estou apresentando para lamentar o ocorrido ontem no jogo entre o Atlético Mineiro e o Arsenal, da Argentina, que todos acompanharam. Infelizmente, as famílias que foram ao estádio assistir ao espetáculo de futebol viram, ao final de um jogo que foi brilhante e bonito, uma pancadaria do time argentino contra a Polícia Militar. Portanto, quero dar entrada neste Plenário de uma manifestação de repúdio ao time do Arsenal, por meio da Confederação Sul-Americana de Futebol - Conmebol - porque, independentemente de ser Atlético, Cruzeiro, América ou qualquer outro time de Minas ou do Brasil, a atitude de ontem do Arsenal no campo do Independência é inadmissível. Tanto que achei muito pequena a sanção imposta ao time: apenas o pagamento de uma multa de menos de R\$30.000,00. Aproveito para parabenizar a Polícia Militar, que mostrou a quem acompanhou o ocorrido tranquilidade e serenidade, agindo para se proteger ou revidar, em alguns casos, só depois de atacada. Mas, com o lamentável acontecimento que vimos ontem, volta-me uma reflexão já antiga no Estado e no País sobre a liberação de bebida alcoólica nos estádios brasileiros e mineiros por ocasião da Copa do Mundo e da Copa das Confederações. Ninguém me tira da cabeça que, com a bebida liberada, se naquele estádio estivessem duas grandes torcidas polarizadas, o que aconteceu no campo poderia, sim, influenciar uma pequena parte da torcida, fazendo voltar a violência. O que ocorreu ontem no Estádio Independência foi lamentável e todos puderam ver. Portanto, quero dar entrada neste Plenário a uma manifestação de repúdio ao time do Arsenal, por meio da Conmebol, por esse acontecido. Não podemos admitir que pessoas venham para o nosso país ou Estado e pensem que podem fazer o que quiserem, que podem desrespeitar a autoridade policial do nosso Estado e que tudo vai ficar por isso mesmo. Alguns deveriam ter sido presos ontem; a outros deveriam ter sido impostas outras sanções além do pagamento de multas, mas, infelizmente, isso não foi feito. De qualquer forma, Sr. Presidente, quero consignar minha manifestação de raiva pela infelicidade da atitude do Arsenal ontem no jogo com o Atlético, que, diga-se de passagem, foi um belo jogo, com gols brilhantes, que todas as famílias comemoraram, até o trágico final da partida.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, quero me unir ao Deputado Tadeu Martins Leite e reforçar a sua fala. A Cel. Cláudia, que estava lá e foi agredida, resistiu à pressão dos dirigentes argentinos que queriam ir embora para a Argentina sem sofrer qualquer penalidade e mesmo sem discutir a situação. Portanto, queremos ser solidários com a PMMG, especialmente com a Cel. Cláudia, porque não é fácil ser a primeira Comandante mulher de 5.500 militares e enfrentar situações como essa de igual para igual. Acho que ela foi agredida por duas razões: por ser militar e por ser mulher. Ou seja, ela foi agredida duas vezes. Temos de nos unir, porque isso é inconcebível. O esporte tem que ser um lazer saudável, a Copa do Mundo está aí, e temos que repensar a questão da venda de bebida alcoólica nos campos se não quisermos mortes. Temos de colocar o dedo na ferida. Que se venda bebida em outros lugares, mas que se preservem os espaços onde haja multidão, pois infelizmente estamos vendo a realidade, que não nos permite deixar que essa questão passe em brancas nuvens, ou seja, não podemos deixar de discutir essa questão da bebida nos campos de futebol. Obrigada, Sr. Presidente.

Oradores Inscritos

- A Deputada Liza Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Duílio de Castro) - Com a palavra, o Deputado Almir Paraca.

- Os Deputados Almir Paraca, Cabo Júlio e Rômulo Viegas proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 3/4/2013, dos Projetos de Lei nºs 1.289/2011, do Deputado Paulo Guedes, 1.520/2011, do Deputado João Leite, 2.693/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.349/2012, do Deputado Doutor Viana, 3.644/2012, do Deputado Duílio de Castro, 3.701/2013, do Deputado Arlen Santiago, e 3.729/2013, do Deputado Paulo Lamac, e do Requerimento nº 4.438/2013, do Deputado Cabo Júlio; de Direitos Humanos - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 3/4/2013, do Requerimento nº 4.439/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; de Política Agropecuária - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 3/4/2013, dos Projetos de Lei nºs 3.550/2012, do Deputado Duílio de Castro, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, 3.662/2012, do Deputado Bosco, e 3.760/2013, do Deputado Sargento Rodrigues, e dos Requerimentos nºs 4.397e 4.460/2013, da Deputada Liza Prado; de Educação - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 3/4/2013, dos Projetos de Lei nºs 2.793/2012, do Deputado Antonio Lerin, 3.312/2012, da Deputada Luzia Ferreira, 3.686, 3.689 e 3.691/2013, do Governador do Estado, e do Requerimento nº 4.429/2013, da Deputada Liza Prado; e de Transporte - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 2/4/2013, do Projeto de Lei nº 3.629/2012, do Governador do Estado (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira em que solicita ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal informações sobre a situação das obras do BRT, bem como sobre o valor previsto e o valor gasto na obra. A Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira em que solicita ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte informações sobre a situação das obras do BRT, bem como sobre o valor previsto e o valor gasto na obra. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão da Pessoa com Deficiência em que solicita ao Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte informações sobre a adequação das unidades básicas de saúde às normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte em que solicita ao DNIT informações sobre o licenciamento ambiental da BR-251, sobre o Plano de Trabalho e o projeto do novo traçado dessa BR, bem como sobre os documentos de disponibilidade orçamentária para a execução da referida obra. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita à Anac informações sobre os motivos da suspensão de voos de diversos trechos em vários aeroportos do Estado de Minas Gerais, especialmente de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG a formação de um grupo de trabalho, sob a coordenação do órgão de execução do Ministério Público Federal, objetivando buscar soluções para os problemas enfrentados pelos índios pataxós da aldeia Geru-Tucunã, localizada no Distrito de Felicina, Município de Açucena. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da referida Comissão ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, ao Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Conselho Federal da OAB, ao Presidente dos Advogados Sem Fronteiras, ao Bispo da Diocese de Governador Valadares e ao Presidente do Conselho Missionário Indigenista, com pedido de providência para a apuração dos fatos registrados nessas notas, na qual se debateu a violação de direitos humanos na comunidade indígena pataxós e os conflitos com fazendeiros vizinhos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Educação em que solicita ao Presidente da Cruz Vermelha Brasileira de Minas Gerais providências para a manutenção do funcionamento da Escola de Enfermagem Clóvis Salgado, em virtude da importância de suas atividades para a saúde pública do Estado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo em que solicita à Superintendente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves informações sobre as obras de reforma e ampliação do aeroporto, bem como o cronograma das referidas obras. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.113/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Prodemge as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre os resultados colhidos pelo Sistema de Registro Automático de Veículos no período 2005-2011, no que diz respeito aos serviços públicos disciplinados no art. 3º da Lei nº



18.037, de 12/1/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal “Estado de Minas” de 28/5/2011, intitulada “Renegociação Necessária”, do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 1.202/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o processo administrativo instaurado contra o Soldado PM José Espínola Bittencourt Mendonça. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.343/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Companhia do 49º Batalhão da Polícia Militar pedido de informações, por meio de relatório mensal, sobre as ocorrências em sua área, de janeiro deste ano até a presente data, as quais não foram recebidas com celeridade pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.367/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo no campo da infraestrutura, tendo em vista o estado de carência de infraestrutura urbana no Bairro Castanheiras, localizado na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e de Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.368/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de cópia do laudo técnico pericial que permitiu a liberação do alvará de funcionamento das empresas Atento, Alma, Viva, Master, Brasil, Contax e AeC, que atuam no setor de teleatendimento em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.369/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os casos de cancelamento de contratos firmados entre o governo de Minas Gerais e empresas de teleatendimento nos últimos oito anos, em virtude de precárias condições de trabalho, e sobre o controle e a análise desse trabalho no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.369/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.370/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico da atuação das empresas de teleatendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.371/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa empresa e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.372/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa empresa e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.373/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informação sobre o número de profissionais formados em Libras nas Secretarias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.401/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.402/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transporte pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.403/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as providências tomadas por essa Polícia em relação à apreensão de drogas realizada pela PMMG em 27/7/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.404/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha pedido de informações sobre a observância, por parte da Anglo

American, do plano diretor desse Município no empreendimento denominado Projeto Minas-Rio, referente à lavra de minério de ferro no Município de Conceição do Mato Dentro, bem como sobre o respeito aos limites de unidades de conservação federais, estaduais e municipais na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.407/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a média mensal de cortes de energia realizados no Estado por falta de pagamento; sobre o perfil socioeconômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; sobre as regiões do Estado onde o corte por falta de pagamento é mais frequente; e sobre o tempo médio para que as famílias regularizem sua situação e tenham a energia religada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.451/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - Iepha - pedido de informações sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Poder Executivo para garantir a eficácia do disposto no inciso VI, art. 6º, da Lei nº 11.726, de 1994. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.454/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.455/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.465/2011, do Deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os índices de violência contra a mulher e de “bullying” escolar nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.465/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.558/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - Iepha - pedido de informações sobre o conteúdo da Nota Técnica DCR nº 7/2011, notadamente quanto à base legal para a emissão de tal parecer e os critérios utilizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.596/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as providências tomadas para a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10/3/2008, na rede pública de ensino do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.600/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de informações sobre inquéritos policiais que investiguem a prática de infanticídio entre os maxacalis no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.600/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.631/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a aplicação da Lei nº 9.401, de 1986. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.634/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de informações, com o cronograma físico, sobre as obras de construção de gasoduto entre os Municípios de São Carlos, Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.682/2011, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a regulamentação da Lei nº 18.874, de 2010, e a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.683/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e à Secretaria de Governo pedido de informações sobre quais Municípios dispõem de órgãos exclusivos para gestão ambiental e quais contam com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em funcionamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.683/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.684/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido para que informe se há projetos esportivos destinados aos centros de convivência para dependentes químicos ou previsão da implementação de



tais projetos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.684/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.704/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura e ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pedido de informações sobre eventuais empecilhos à imediata aplicação da Lei nº 19.583, de 2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.721/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana pedido de providências para enviar relatório sobre o cumprimento das condicionantes e obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de conduta firmado entre essa Superintendência e a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.814/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os valores arrecadados a partir da instituição, pela Lei nº 14.938, de 2003, da Taxa de Incêndio e sobre a aplicação desses valores, e pedido de providências com vistas a que, ao fim de cada ano civil, a referida Comissão receba as informações ora solicitadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.814/2011 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.816/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da estação de tratamento de esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.817/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre quais foram os equipamentos adquiridos, ao fim de cada ano civil, após a criação da Taxa de Incêndio pela Lei nº 14.938, de 2003, e sobre os valores de cada um desses equipamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.817/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.819/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a legalidade da cobrança pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.855/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.858/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, os documentos que relatam denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.858/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.898/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o andamento das investigações quanto a mortes e dos servidores da área de segurança pública que menciona e a ameaças contra os profissionais dessa área. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.911/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos em execução da Copasa-MG para a recuperação e o monitoramento da Lagoa da Pampulha, o montante e a fonte dos investimentos previstos e a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.917/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre o débito do Estado com a empresa Sinalização de Trânsito Industrial Ltda. - Sitran. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.965/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para que realize e envie a esta Casa um inventário das iniciativas descentralizadas dos Municípios na área de



prevenção de desastres e de defesa civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.965/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.966/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informação sobre as perspectivas de retomada de trens urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme proposta apresentada na 3ª Conferência Metropolitana da RMBH, bem como sobre o planejamento de investimento nesses trens em áreas de elevada concentração populacional, como Uberlândia e toda a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Pontal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 1.967/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Iter-MG pedido de informações sobre as terras devolutas do Estado, com envio da relação de todas elas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Estamos acompanhando a votação de requerimentos de 2011, e fico com a pulga atrás da orelha. É um pedido de informação sobre a cláusula de um contrato de determinada empresa, mas depois de dois anos vai-se discutir essa cláusula, que talvez já tenha perdido o objeto? Estou formulando verbalmente um requerimento solicitando explicação da Mesa a respeito desses requerimentos. Gostaria de receber por escrito explicações por que, depois de dois anos, estamos aprovando esses requerimentos e quais foram os motivos que levaram a isso. Se for necessário, a assessoria da Mesa poderá formalizar o requerimento que o assinarei. Obrigado.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido do Deputado Gilberto Abramo. Vamos fazer a solicitação relativa aos requerimentos e posteriormente o Deputado receberá todas as informações.

O Deputado Gilberto Abramo - Espero não receber a informação daqui a dois anos.

O Sr. Presidente - É lastimável, como companheiro nesta Casa, que uma informação que qualquer órgão público poderia dar - é transparência no serviço público - tenha tanta demora, uma informação que seria mais precisa e objetiva. O Deputado tem razão em relação ao requerimento, aliás que tenha resposta mais urgente.

2ª Fase

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para a continuação dos trabalhos, motivo pelo qual passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por três minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Gilberto Abramo.

- O Deputado Gilberto Abramo profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8/1/2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2013

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo nº 2.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2013.

Ulysses Gomes

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Ulysses Gomes, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2011, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 9/4/2013.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/3/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar requerimentos da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil e Maria Cláudia Peixoto de Almeida Paula, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação; e do Sr. José Sarney, Presidente do Senado (9/3/13). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada audiência pública em reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Educação a fim de discutir a situação do Ensino de Jovens e Adultos - EJA- de Betim, por solicitação dos professores desse programa, e seja encaminhada ao Presidente desta Casa solicitação para que dispense as servidoras da ALMG para participarem da Reunião Especial em homenagem às mulheres, a ser realizada no Plenário, dia 19 de março, às 14 horas; do Deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à Presidência da FUNAI pedido de providências para implementação da Coordenação Técnica Local - CTL - na terra indígena Fazenda Guarani, no Município de Carmésia, dotando-a de recursos humanos e financeiros suficientes para seu efetivo funcionamento, e seja realizada audiência pública em reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Educação, a fim de debater soluções para garantir o transporte intermunicipal para universitários; e do Deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Participação Popular para discutir o aprimoramento e a inclusão de ferramentas virtuais, como petições "online" e abaixo-assinados, que viabilizem e ampliem a participação popular e que possam incrementar o debate sobre os problemas e necessidades da sociedade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2013.

André Quintão, Presidente - Fabiano Tolentino - Maria Tereza Lara.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2013

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Bosco e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e aprovar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.686/2013 (Deputado Deiró Marra); 3.689/2013 (Deputado Duarte Bechir); e 3.691/2013 (Deputado Bosco), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 3.284/2012 (relator: Deputado Duarte Bechir); e pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.920/2011 (relator: Deputado Elismar Prado), Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.792/2012. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.334, 4.367 e 4.373/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a situação do ensino de jovens e adultos de Betim, por solicitação de professores envolvidos com essas atividades; e dos Deputados André Quintão e Duarte Bechir e da Deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater soluções que garantam transporte intermunicipal para universitários. A Presidência determina o arquivamento, nos termos do art. 180, IV, do Regimento Interno, do requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater o fechamento do curso de Medicina da Universidade Vale do Rio Verde, no câmpus de Belo Horizonte. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada audiência pública para a apresentação do projeto Museu da Língua Brasileira de Sinais, bem como do Projeto de Produtividade Acadêmica da Língua Brasileira de Sinais; e dos Deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública para debater o projeto Cidades do Futuro, empreendido pela Cemig; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação do Programa de Educação Profissional - PEP - no Estado; Paulo Guedes em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Matias Cardoso, para

debater a implantação dos cursos de Antropologia e História na Universidade Estadual de Montes Claros; Arlen Santiago em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a qualidade dos cursos de Medicina e o aumento do número de escolas de Medicina no Estado; Duarte Bechir, Elismar Prado e Bosco em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o Deputado Federal Weliton Prado por sua escolha para a relatoria do Orçamento Federal referente a 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2013.

Duarte Bechir, Presidente – Bosco – Maria Tereza Lara – Elismar Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2013

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Glaycon Franco e Duarte Bechir (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duílio de Castro. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, informando a nova composição da mesa diretora do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Minas Gerais – Conped –; e do Sr. Agostinho Patrus Filho, Secretário de Estado de Turismo, publicado no “Diário do Legislativo” de 14/3/2013. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 3.531/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.055/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Liza Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.484/2011 e 3.458/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Liza Prado (5) em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde pedido de providências para a criação de comissão intersetorial de saúde da pessoa com deficiência, nos moldes das comissões intersetoriais do conselho nacional de saúde criadas pela Resolução nº 435, de 12 de agosto de 2010; seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências para a criação de comissão intersetorial de saúde da pessoa com deficiência, nos moldes das comissões intersetoriais do conselho nacional de saúde criadas pela Resolução nº 435, de 12 de agosto de 2010; seja encaminhado à Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência pedido de providências para melhoria das condições de acessibilidade em suas dependências; seja encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de informações sobre a adequação das unidades básicas de saúde quanto às normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência; sejam ouvidas as pessoas presentes na 2ª Reunião Ordinária desta Comissão; e do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e debater a situação dos alunos das escolas municipais de ensino especial de Belo Horizonte, bem como o trabalho da comissão intersetorial criada para subsidiar gestores municipais na implementação de ações direcionadas aos alunos com deficiência ou transtornos mentais atendidos nas escolas municipais de Belo Horizonte e nas contratadas. A Presidente passa a palavra às Sras. Marluce de Castro Kfuri Bicalho, membro do Projeto de Trabalho de Mercado Inclusivo; Fabiana Cruzelina da Silva, membro da Associação Mineira de Paraplégicos; Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte e Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e ao Sr. Mário Elias Jorge, membro da União dos Paraplégicos de Vespasiano, para apresentarem suas sugestões e reivindicações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2013.

Liza Prado, Presidente - Glaycon Franco - Almir Paraca.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 27/3/2013

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também as Deputadas Maria Tereza Lara e Liza Prado e os Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio, André Quintão, Lafayette de Andrada e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina à instalação da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marília Carvalho de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam-, representando também o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Carla Vasconcellos Couto Miranda, Secretária Municipal de Meio Ambiente, representando o Prefeito Márcio Lacerda; Liliana Adriana Nappi Mateus, Diretora de Gestão da Qualidade Ambiental da Fundação Estadual do Meio



Ambiente, representando a Sra. Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam; Lilian Domingues Resende, Gerente de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, representando a Sra. Renata Maria de Araújo, Presidente do Comitê; Tânia Maria Duarte, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento e Presidente das Empresas Municipais de Água e Esgoto; e os Srs. Vitor Queiroz, Engenheiro, representando o Sr. Jobson Nogueira de Andrade, Presidente do Crea-MG; Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba do Ministério da Integração Nacional; Márcio Tadeu Pedrosa, Secretário-Geral da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e representante do Comitê Federal do Rio São Francisco, representando também o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos; Hideraldo Buch, Presidente do Comitê dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande e Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra e a direção dos trabalhos para o Deputado Almir Paraca, Presidente da Comissão Extraordinária das Águas, que, logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser convocada, por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2013.

Almir Paraca, Presidente - Tiago Ulisses - Pompilio Canavez.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2013

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” em 21/3/2013: ofícios dos Srs. Paulo Domingos de Alecrim, Secretário Executivo da Associação dos Vereadores dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus; Campos Machado, Deputado da Assembleia Legislativa de São Paulo, e Jesus Moreno, Presidente da Câmara Municipal de Carandaí. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 e Projetos de Lei nºs 3.688/2013 e 3.507/2012 (Deputado Gustavo Corrêa), Projetos de Lei nºs 323 e 333/2011 (Deputado Ivair Nogueira), 1.692/2011 (Deputado Leonardo Moreira), 1.794/2011 (Deputado Inácio Franco) e 3.393/2012 (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.366, 4.392, 4.393 e 4.406/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o cronograma de execução do programa Caminhos de Minas; Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre os termos do contrato do Estado com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - para exploração de nióbio em Araxá e sobre os motivos da não realização da licitação prevista na Lei Federal nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes; e seja encaminhado à Promotoria da Comarca de Araxá pedido de informações sobre a relação contratual de exclusividade na exploração de nióbio pela CBMM, incluindo cópia de documentação referente a eventuais investigações dessa Promotoria com relação ao caso. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater os dados da Cemig sobre investimentos realizados nos últimos anos, os quais servirão de base para a definição do reajuste das tarifas; e Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre a desproporcionalidade entre os vencimentos básicos dos servidores do Executivo, da carreira de Gestor Governamental, com carga horária de 30 horas semanais e os dos servidores de mesmo grau e nível com carga horária de 40 horas semanais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2013.

Sargento Rodrigues, Presidente - André Quintão - Ivair Nogueira - Tiago Ulisses - Leonardo Moreira.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/4/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” em 21/3/2013: ofícios dos Srs. Martvs das Chagas, Presidente da Fundação Cultural Palmares (substituto), e Rômulo Martins de Freitas,



Superintendente Regional da CEF. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Resolução n°s 3.856 a 3.859, 3.861 e 3.865/2013 (relator: Romel Anízio); 3.860 e 3.863/2013 (relator: Jayro Lessa) e 3.862, 3.865, 3.887 e 3.889/2013 (relator: Lafayette de Andrada); 3.888 e 3.890 a 3.892/2013 (relator: João Vítor Xavier), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar n° 34/2013 é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais e os Projetos de Lei n°s 3.692 e 3.693/2013 por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 3.514/2012 (relator: Deputado Ulysses Gomes); os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 880/2011 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 1.915/2011 e 3.258/2012 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 3.359/2012 (relator Adalclever Lopes, em virtude de redistribuição); 3.411/2012 e 3.803/2013 (relator: Deputado Romel Anízio), todos na forma dos Substitutivos n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.652/2012 (relator: Deputado Romel Anízio); 3.812/2013 (relator: Deputado João Vítor Xavier); 3.817/2013 (relator: Deputado Adalclever Lopes, em virtude de redistribuição) e 3.819/2013 (relator: Deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição) com as Emendas n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.813 e 3.815/2013 (relator: Deputado Adalclever Lopes, em virtude de redistribuição); 3.814/2013 (relator: Deputado Romel Anízio); 3.816/2013 (relator: Deputado Zé Maia) e 3.818/2013 (relator: Deputado João Vítor Xavier); e pela rejeição do Projeto de Lei n° 3.285/2012 (relator: Deputado Romel Anízio). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ulysses Gomes, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei n° 3.625/2012 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado João Vítor Xavier. O Projeto de Lei n° 3.275/2012 é convertido em diligência à Seplag, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Deputados Adalclever Lopes e Ulysses Gomes se retiram da reunião. Os Projetos de Resolução de n°s 3.856 a 3.865/2013 deixam de ser apreciados por falta de quórum regimental. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de 4/4/2013, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2013.

Lafayette de Andrada, Presidente - Cabo Júlio - Rômulo Viegas - Antonio Lerin.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o caso do trote realizado por alunos veteranos da Faculdade de Direito da UFMG, em 15/3/2013, em que houve, supostamente, apologia ao preconceito racial e ao nazismo, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome da Sra. Marília Carvalho de Melo para o cargo de Diretora-Geral do Igam.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juarez Távora, Pompílio Canavez, Sávio Souza Cruz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de arguir publicamente a Sra. Marília Carvalho de Melo, indicada pelo Governador para o cargo de Diretora-Geral do Igam, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o assassinato do jornalista Rodrigo Neto de Faria, da Rádio Vanguarda de Ipatinga, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mário Henrique Caixa, Bonifácio Mourão, Fábio Cherem e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2013, às 10 horas, no Município de Uberlândia, com a presença de convidados, destinada a discutir temas relacionados a escolha e preparação dos Municípios mineiros que serão sub-sedes da Copa do Mundo de 2014 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2013.

Tenente Lúcio, Presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com a comunidade de Candeias pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.157/2012, do Deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a comunidade de Itamonte pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.170/2012, do Deputado Fábio Cherem);
- de congratulações com a comunidade de Soledade de Minas pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.171/2012, do Deputado Fábio Cherem);
- de congratulações com a comunidade de Carmo da Cachoeira pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.172/2012, do Deputado Fábio Cherem);
- de congratulações com a comunidade de Liberdade pelos 74 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.173/2012, do Deputado Fábio Cherem);
- de congratulações com a comunidade de São João da Mata pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.204/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Paraisópolis pelos 140 anos desse Município (Requerimento nº 4.210/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Conceição das Pedras pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.219/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Cordislândia pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.221/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Turvolândia pelos 51 anos desse Município (Requerimento nº 4.222/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Senador José Bento pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.223/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Piranguinho pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.224/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.225/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Itajubá pelos 194 anos desse Município (Requerimento nº 4.226/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelos 264 anos desse Município (Requerimento nº 4.227/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Itapeva pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.228/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Ingaí pelos 50 anos desse Município (Requerimento nº 4.229/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Inconfidentes pelo transcurso do 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.230/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Albertina pelo transcurso do 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.231/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Marmelópolis pelo transcurso do 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.232/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Consolação pelo transcurso do 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.233/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Monte Sião pelo transcurso do 164º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.234/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de congratulações com a comunidade de São Sebastião da Bela Vista pelo transcurso do 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.235/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Caldas pelo transcurso do 200º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.236/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Botumirim pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.272/2013, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Formoso pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.275/2013, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Camacho pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.276/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itatiaiuçu pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.277/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itambé do Mato Dentro pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.278/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.279/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Florestal pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.280/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Leandro Ferreira pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.281/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Conceição do Pará pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.282/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de São José da Varginha pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.283/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Igaratinga pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.284/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Onça de Pitangui pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.285/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Carrancas pelo 64º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.286/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo 21º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.287/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Tapira pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.294/2013, do Deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Bonfinópolis de Minas pelo 50º aniversário desse Município (Requerimento nº 4.296/2013, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Ijaci pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.304/2013, do Deputado Fábio Chereim);

de congratulações com a comunidade de Santo Hipólito pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.305/2013, do Deputado Fábio Chereim);

de congratulações com a comunidade de Claro dos Poções pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.324/2013, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Itacambira pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.325/2013, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Varzelândia pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.326/2013, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com o Sr. Elson Violante pelo lançamento do livro "Resistindo sempre" (Requerimento nº 4.327/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Ingrid Faria pelo livro "Mulheres e Militância" (Requerimento nº 4.328/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o "Jornal de Patrocínio" pelo transcurso de seu 40º aniversário e pela excelência e seriedade dos serviços prestados à população desse Município (Requerimento nº 4.330/2013, do Deputado Deiró Marra);

de congratulações com a comunidade de Ibituruna pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.331/2013, do Deputado Fábio Chereim);

de congratulações com a comunidade de Buritizeiro pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.332/2013, do Deputado Fábio Chereim);

de congratulações com a comunidade de Augusto de Lima pelo aniversário desse Município (Requerimento nº 4.333/2013, do Deputado Fábio Chereim);

de aplauso à Escola Municipal Paulo Sinésio Belato, localizada no Município de Monsenhor Paulo, por lhe ter sido outorgado o Prêmio Desafio Verde, como vencedora da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2012 (Requerimento nº 4.334/2013, do Deputado Fábio Chereim);



de congratulações com a Fiemg pelo lançamento do selo comemorativo de seus 80 anos (Requerimento nº 4.339/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Nova Módica pelos 51 anos desse Município (Requerimento nº 4.340/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itambacuri pelos 140 anos desse Município (Requerimento nº 4.341/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Juatuba pelos 21 anos desse Município (Requerimento nº 4.342/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares do 34º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação que apreendeu mais de 100kg de drogas na Região Noroeste da Capital pelo trabalho desenvolvido (Requerimento nº 4.343/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a 166ª Companhia do 30º Batalhão da PMMG pelo projeto Aprendendo a Conviver, que reduziu consideravelmente o índice de criminalidade no Município de São Francisco e foi premiado pela Secretaria de Defesa Social na categoria Qualidade na Atuação do Sistema de Defesa Social (Requerimento nº 4.344/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Sra. Yêda Fernal Cunha por sua eleição para o cargo de Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial e Empresarial de Minas (Requerimento nº 4.358/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Marco Mazzu, Presidente da Iveco e da Case New Holland, por lhe ter sido outorgado o título de Cidadão Honorário do Estado (Requerimento nº 4.359/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Escola Estadual Antônio Nicoletti pela obtenção do 1º lugar na classificação geral do ProAlfa (Requerimento nº 4.367/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Eduardo Kiyotoshi Shirahama pelo trabalho desempenhado à frente da empresa Agro Máquinas Minas Gerais Ltda., sediada no Município de Cambuí (Requerimento nº 4.368/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o 14º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro - Grupo Fernão Dias - pelos 95 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.369/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Edison Gualberto de Souza por sua posse como Presidente da ACE, para o biênio 2013-2014 (Requerimento nº 4.370/2013, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Adolpho Campos Coelho por sua posse como Vice-Presidente da ACE, para o biênio 2013-2014 (Requerimento nº 4.371/2013, do Deputado Jayro Lessa).



TRANSCRIÇÃO

“Renegociação necessária”*

Eduardo Azeredo

Deputado Federal pelo PSDB, ex-governador de Minas Gerais e ex-senador da República

Volta-se a discutir a possibilidade de revisão das dívidas dos estados com a União. Propõe-se um acerto de contas, ora mudando o índice de correção do passivo ora reduzindo o percentual de comprometimento da receita com o pagamento das parcelas. Essas alternativas são viáveis e necessárias, já que o Brasil vive uma realidade diferente da que enfrentava 15 anos atrás, quando essas mesmas dívidas foram renegociadas.

Naquela época, esses acertos foram imprescindíveis para assegurar a estabilidade econômica, assim como foram a Lei de Responsabilidade Fiscal e o próprio Plano Real, que debelou a inflação. Sem a renegociação, não teria sido possível organizar as finanças públicas do país, com risco de deterioração completa das finanças dos estados. É claro, assinar os acordos com o governo federal foi um desafio, mas valeu a pena, pois cada governador pôde dar fim à ciranda que aumentava a dívida estadual, com pagamento de juros de mercado.

Tomemos como exemplo Minas, cuja renegociação ocorreu em 1997, durante meu governo. É verdade que a dívida de então correspondia a algo próximo dos R\$15 bilhões. Também é verdade que o estado já pagou à União R\$17,7 bilhões e que, em função da correção pelo IGP-DI, a mesma dívida se encontra hoje próxima a R\$54 bilhões. Por outro lado, é imperativo dizer que, sem a renegociação, o estado teria pago, segundo projeções, R\$35 bilhões - o dobro do que pagou. E ainda deveria pelo menos R\$120 bilhões - mais que o dobro do que deve atualmente.

Até 1997, Minas Gerais devia a dezenas de bancos oficiais e particulares, que cobravam juros de mercado mais altos que a taxa Selic. Além disso, os prazos para o pagamento das parcelas eram variados, o que dificultava o planejamento orçamentário. Antes do acordo com a União, os tesouros estaduais pagavam até 30% de juros ao ano aos bancos. Depois do refinanciamento, na maioria dos casos com amortização inicial de 20% do valor da dívida, os juros passaram a ser de 6% ao ano mais IGP-DI do período. No caso de Minas Gerais, a amortização inicial foi de 10%, com correção equivalente a 7,5% de juros mais IGP-DI - Índice que, na época, figurava como o menos oneroso.

Para conseguir quitar uma parcela inicial de 20% do valor da dívida, seria necessário que o estado privatizasse uma de suas duas empresas mais importantes - a CEMIG ou a COPASA. Fui pessoalmente contrário a essa alternativa, e uma regra especial foi criada para Minas, seguida por outros estados, como o Rio de Janeiro. Com juros mais baixos e com um único prazo para pagamento das parcelas, foi possível que Minas iniciasse a organização de suas finanças, tornando-se como os demais estados, um dos fiadores do Real e da estabilidade econômica.

Além disso, o acordo assinado em 1997 permitiu que o governo estadual obtivesse novos empréstimos internacionais até mesmo sem contrapartida. Esses empréstimos foram essenciais para que o estado empreendesse os avanços no programa de asfaltamento Pró-



Acesso, durante o governo de Aécio Neves. O próprio choque de gestão teria sido mais difícil sem a renegociação da dívida e o início da reforma e organização fiscal implantados a partir de 1996.

Agora é possível e necessário que a União reveja as taxas de juros que utilizou nessa negociação com os estados. Também é possível que o Índice de correção deixe de ser o IGP-DI, que se tornou o mais alto dos indicadores, e passe a ser o IPCA, que já vincula as receitas dos estados ou outro Índice mais baixo como o utilizado pelo BNDES para financiamentos ao setor privado. É possível ainda reduzir o percentual de comprometimento da receita mensal com as parcelas da dívida. Entretanto, é preciso lembrar que essa revisão, sob quaisquer alternativas, só se torna possível hoje porque o Brasil tem um novo cenário de estabilidade econômica e desenvolvimento. Esta realidade, por sua vez, só existe porque tivemos - governo federal e governadores - a coragem de dar início a medidas saneadoras em busca do equilíbrio fiscal. Entre elas, o próprio refinanciamento das dívidas dos estados assegurado pela União.

* - Transcrito de acordo com o texto original, a requerimento do Deputado Sebastião Costa.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/4/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pompílio Canavez

exonerando, a partir de 8/4/2013, Alessandra de Oliveira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;
exonerando, a partir de 8/4/2013, Cleyton Messias Moizés da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 8/4/2013, Mariana Kerenly de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Alessandra de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Cleyton Messias Moizés da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Gilson Matuzinho Amorin Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando João Antônio Motta para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 54/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/4/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de mesa de iluminação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 11/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Global Village Telecom Ltda. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação contratual com ampliação do objeto, no limite de 25% do valor anual do contrato. Vigência: de 22/3/2013 a 21/3/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 23/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Star One S.A. Objeto: contratação de empresa de telecomunicações para cessão de 4,5MHz de capacidade de segmento espacial em satélite. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional do contrato pelo período de 6 meses. Vigência: de 2/2/2013 a 1º/8/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



TERMO DE ADITAMENTO ADT/29/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: It-One Tecnologia da Informação Ltda. Objeto: implantação do projeto de virtualização do ambiente computacional central da ALMG e fornecimento e instalação do sistema de armazenamento para "backup" em disco (desduplicador). Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 5,06% do valor do contrato, para inclusão de 1 unidade do servidor PowerEdge R720 e 2 unidades da placa de rede BroadCom NetExtreme II 57711, ambos da planilha de "hardware", além de 1 unidade do servidor R720. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 35/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Método Mobile Comércio e Serviços de Celulares GSM Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico e manutenção preventiva e outros serviços em tecnologia da informação. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação contratual, sem reajuste. Vigência: de 21/7/2013 a 20/7/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.922/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/4/2013, na pág. 2, no art. 1º, onde se lê:
“Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2001”, leia-se:
“Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002”.